

Direito Processual Civil

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Selecionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 11.02.2019

Legislação Federal	
Legislação	Ementa
<u>Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015</u>	Código de Processo Civil
<u>Lei nº 5.869, de 11 de Janeiro de 1973</u>	Institui o Código de Processo Civil.
<u>Lei Federal nº 13.793, de 03 de janeiro de 2019</u>	Altera as Leis nos 8.906, de 4 de julho de 1994, 11.419, de 19 de dezembro de 2006, e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para assegurar a advogados o exame e a obtenção de cópias de atos e documentos de processos e de procedimentos eletrônicos.
<u>Lei Federal nº 13.363, de 25 de novembro de 2016</u>	Altera a Lei no 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estipular direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e para o advogado que se tornar pai.
<u>Lei Federal nº 13.256, de 4 de fevereiro de 2016</u>	Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para disciplinar o processo e o julgamento do recurso extraordinário e do recurso especial, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 12.322, de 9 de setembro de 2010</u>	Transforma o agravo de instrumento interposto contra decisão que não admite recurso extraordinário ou especial em agravo nos próprios autos, alterando dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.
<u>Lei Federal nº 12.195, de 14 de janeiro de 2010</u>	Altera o art. 990 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para assegurar ao companheiro sobrevivente o mesmo tratamento legal conferido ao cônjuge supérstite, quanto à nomeação do inventariante.
<u>Lei Federal nº 12.133, de 17 de dezembro de 2009</u>	Dá nova redação ao art. 1.526 da lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (código civil), para determinar que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do registro civil.
<u>Lei Federal nº 12.125, de 16</u>	Acrescenta parágrafo ao art. 1.050 da Lei nº 5.869, de 11 de

Direito Processual Civil

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Selecionada / Áreas do Direito

<u>de dezembro de 2009</u>	janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para dispensar, nos embargos de terceiro, a citação pessoal.
<u>Lei Federal nº 12.122, de 15 de dezembro de 2009</u>	Altera o art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, incluindo como sujeitas ao procedimento sumário as causas relativas à revogação de doação.
<u>Lei Federal nº 12.008, de 29 de julho de 2009</u>	Altera os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica.
<u>Lei Federal nº 11.969, de 6 de julho de 2009</u>	Altera a redação do § 2º do art. 40 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.
<u>Lei Federal nº 11.965, de 3 de julho de 2009</u>	Dá nova redação aos arts. 982 e 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.
<u>Lei Federal nº 11.441, de 4 de janeiro de 2007</u>	Altera dispositivos da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa.
<u>Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006</u>	Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006</u>	Acrescenta à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, dispositivos que regulamentam o § 3º do art. 102 da Constituição Federal.
<u>Lei Federal nº 11.382, de 6 de dezembro de 2006</u>	Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos ao processo de execução e a outros assuntos.
<u>Lei Federal nº 11.341, de 7 de agosto de 2006</u>	Altera o parágrafo único do art. 541 do Código de Processo Civil - Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, para admitir as decisões disponíveis em mídia eletrônica, inclusive na Internet, entre as suscetíveis de prova de divergência jurisprudencial.
<u>Lei Federal nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2006</u>	Altera os arts. 112, 114, 154, 219, 253, 305, 322, 338, 489 e 555 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos à incompetência relativa, meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependência, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação

Direito Processual Civil

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Selecionada / Áreas do Direito

	rescisória e vista dos autos, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 11.277, de 7 de fevereiro de 2006</u>	Acresce o art. 285-A à Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.
<u>Lei Federal nº 11.276, de 7 de fevereiro de 2006</u>	Altera os arts. 504, 506, 515 e 518 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativamente à forma de interposição de recursos, ao saneamento de nulidades processuais, ao recebimento de recurso de apelação e a outras questões.
<u>Lei Federal nº 9.800, de 26 de maio de 1999</u>	Permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais.
<u>Lei Federal nº 8.009, de 29 de março de 1990</u>	Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.
<u>Lei Federal nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950</u>	Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.
Juizados Especiais	
Legislação Federal	
<u>Lei Federal nº 12.126, de 16 de dezembro de 2009</u>	Dá nova redação ao § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.
<u>Lei Federal nº 10.455, de 13 de maio de 2002</u>	Modifica o parágrafo único do art. 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.
<u>Lei Federal nº 10.259, de 12 de julho de 2001</u>	Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.
<u>Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995</u>	Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

Direito Processual Civil

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Selecionada / Áreas do Direito

Legislação Estadual	
Legislação	Ementa
<u>Lei Estadual nº 6369, de 20 de dezembro de 2012</u>	Substitui as tabelas 01 a 15 da Lei Estadual nº 3.350/1999, visando à simplificação do recolhimento de custas judiciais e à compatibilização com as alterações da sistemática processual ocorridas a partir do ano de 2000.
<u>Lei Estadual nº 6058, de 07 de outubro de 2011</u>	Dá preferência de tramitação aos procedimentos judiciais que tenham como objeto adoção de menores.
<u>Lei Estadual n.º 4.629, de 25 de outubro de 2005</u>	Altera a Lei nº 2.556/96, que cria os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual n.º 4.578, de 12 de julho de 2005</u>	Dispõe sobre os conciliadores e os juízes leigos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual n.º 3.812, de 16 de abril de 2002</u>	Altera a Lei nº 2556/96, que cria os Juizados Especiais Cíveis e Criminais na justiça do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual n.º 2.556, de 21 de maio de 1996</u>	Cria os Juizados Especiais Cíveis e Criminais na justiça do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjri.jus.br